

IEG-M na estruturação do PPA



Marcelo Carlos dos Santos

Administrador, Sócio-diretor da GEPAM, Especialista em Planejamento e Gestão Municipal pela UNESP. Foi Consultor Público na empresa Audatec – Consultoria e Assessoria de 2002 à 2004. Tem experiência na área Contábil, Orçamentária, Financeira e Defesas no Tribunal de Contas, atuando principalmente nos seguintes temas: licitação, gestão pública, servidores públicos, bens públicos.





Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Órgão Auxiliar de Controle Externo



Composição

Pleno: Sete Conselheiros/2 Câmaras: três Conselheiros;
Sete Auditores;
Nove membros do MPC; e
Cinco membros da Procuradoria da Fazenda (só atos que afetam o Estado).



Competência (Art. 71 CF/88)

Ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de São Paulo e de seus Municípios, **exceto o da Capital**, bem como na das respectivas entidades de administração direta ou indireta e na das fundações por eles instituídas ou mantidas, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

A jurisdição do Tribunal alcança administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos, além das pessoas físicas ou jurídicas, que, mediante convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, apliquem auxílios, subvenções ou recursos repassados pelo Poder Público.



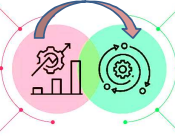
GEFAM



Diante da necessidade de modernizar as ações de fiscalização, que eram lastreadas em questões legais, assim, buscando um novo modelo com foco nos princípios da Economia, da Eficiência, da Eficácia e da Efetividade, “nasceu”, em outubro de 2014, o Índice de **Efetividade** da Gestão Municipal – IEG-M/TCESP.

GEFAM

Efetividade



- Está ligada aos resultados gerados, a médio e longo prazos, no impacto ao efeito produzido
- Está ligada à ética e à responsabilidade pública
- Fazer corretamente o que tem que ser feito
- Transformar a situação existente
- Promover mudança e desenvolvimento
- Ela mede o efeito do atingimento das metas ou dos resultados alcançados

GEFAM

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M/TCESP mede a qualidade dos gastos municipais e avalia as políticas e atividades públicas do gestor municipal. Apresenta, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva. Ele pode ser utilizado como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas, sem perder o foco do planejamento em relação às necessidades da sociedade.

GEPRM



Apurar se as ações desenvolvidas pelos municípios estão impactando, **de forma positiva**, a vida dos cidadãos.

GEPRM

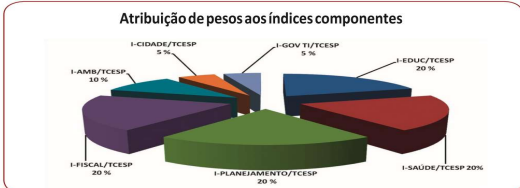
O IEG-M, proporciona visões da gestão pública para 7 dimensões da execução do orçamento público, que foram seleccionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas:

i-Educ	i-Saúde	i-Plan	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
Educação medida o resultado da ação por meio de quatro indicadores: a) Desempenho da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; b) Qualidade da Educação Infantil; c) Qualidade do Ensino Fundamental; d) Qualidade do Ensino Médio.	Saúde medida o resultado da ação por meio de quatro indicadores: a) Desempenho da Atenção Básica; b) Desempenho da Atenção Secundária; c) Desempenho da Atenção Terciária; d) Qualidade da Atenção Básica.	Planejamento medida o resultado da ação por meio de quatro indicadores: a) Desempenho da Gestão da Informação; b) Desempenho da Gestão da Qualidade; c) Desempenho da Gestão da Eficiência; d) Qualidade da Gestão da Informação.	Gestão Fiscal medida o resultado da ação por meio de quatro indicadores: a) Desempenho da Gestão da Receita; b) Desempenho da Gestão da Despesa; c) Desempenho da Gestão do Endividamento; d) Qualidade da Gestão da Receita.	Meio Ambiente medida o resultado da ação por meio de quatro indicadores: a) Desempenho da Gestão da Qualidade do Ar; b) Desempenho da Gestão da Qualidade da Água; c) Desempenho da Gestão da Qualidade do Solo; d) Qualidade da Gestão da Qualidade do Ar.	Proteção dos Cidadãos (Defesa Civil) medida o resultado da ação por meio de quatro indicadores: a) Desempenho da Gestão da Defesa Civil; b) Desempenho da Gestão da Proteção Civil; c) Desempenho da Gestão da Segurança; d) Qualidade da Gestão da Defesa Civil.	Tecnologia medida o resultado da ação por meio de quatro indicadores: a) Desempenho da Gestão da Tecnologia; b) Desempenho da Gestão da Inovação; c) Desempenho da Gestão da Transformação Digital; d) Qualidade da Gestão da Tecnologia.

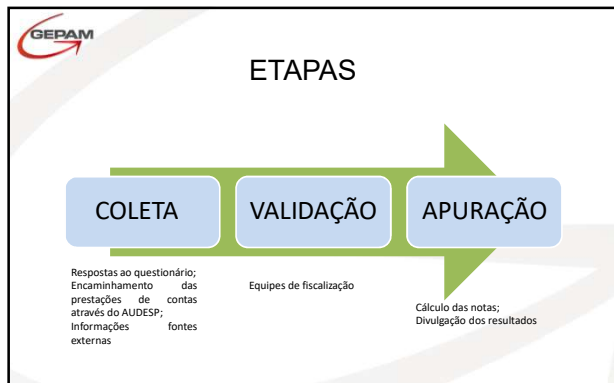
GEPRM

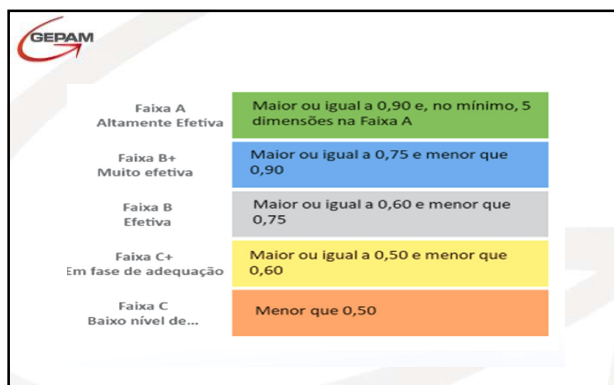
As dimensões do IEG-M são repartidas em pesos, que comporão o índice final do município, para cada dimensão foram atribuídos os seguintes pesos:

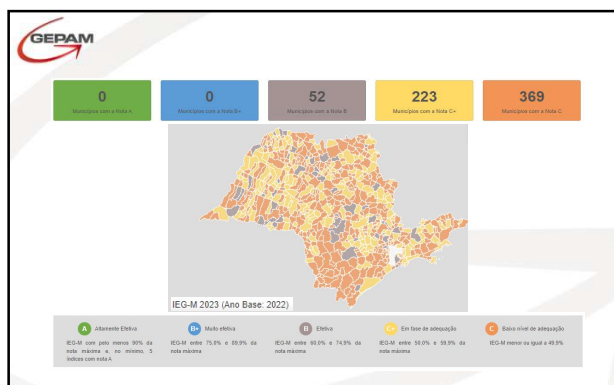
Atribuição de pesos aos índices componentes



Dimensão	Peso
I-EDUC/TCESP	20 %
I-SAÚDE/TCESP	20 %
I-PLANEJAMENTO/TCESP	20 %
I-FISCAL/TCESP	20 %
I-AMBI/TCESP	10 %
I-CIDADE/TCESP	5 %
I-GOV TI/TCESP	5 %









O IEG-M vem sendo utilizado como fator para a emissão de parecer favorável ou desfavorável quando da análise das contas dos municípios, sem desconsiderar os quesitos que ensejam a rejeição de contas.

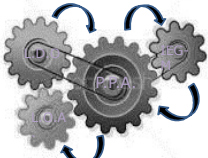
ALERTA



Jurisprudência

Processo: TC 2908.989.20 Município: Prefeitura de Paranapanema Exercício: 2020 Publicação: 11/10/2022	Processo: TC 2768.989.20 Município: Prefeitura de Campos Novos Paulista Exercício: 2020 Publicação: 17/08/2022
Processo: TC Município: Prefeitura de Canaã Paulista Exercício: 2020 Publicação: 26/05/2022	Processo: TC 2996.989.20 Município: Prefeitura de Santa Maria da Serra Exercício: 2020 Publicação: 10/05/2022
Processo: TC 2902.989.20 Município: Prefeitura de Nazaré Paulista Exercício: 2020 Publicação: 25/06/2022	Processo: TC 3127.989.20 Município: Prefeitura de Mariápolis Exercício: 2020 Publicação: 25/05/2022

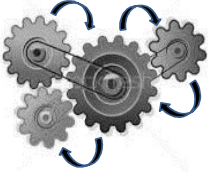




**UTILIZAÇÃO DO IEG-M
PLANEJAMENTO MUNICIPAL**

GEPRAM

O IEGM como Guia Estratégico

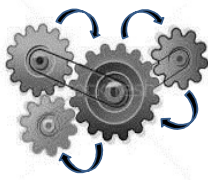


O IEGM é muito mais do que um indicador de desempenho. Ele oferece uma visão abrangente das diversas dimensões da gestão municipal, como planejamento, saúde, educação, meio ambiente e governança. Isso permite que gestores públicos entendam não apenas onde estão, mas também para onde podem direcionar seus esforços.

Para gestores, o IEGM serve como um guia estratégico. Ao identificar as áreas que precisam de melhorias, os gestores podem desenvolver planos de ação direcionados para otimizar o desempenho em diversas dimensões. Isso não apenas resulta em uma gestão mais eficiente, mas também em uma prestação de serviços públicos de maior qualidade para a comunidade.

GEPRAM

O que são políticas públicas?

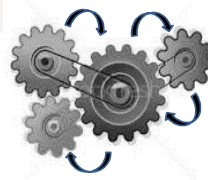


O planejamento municipal deve ser composto por políticas públicas, que são ações planejadas e implementadas pelo Estado para alcançar objetivos específicos e promover o bem-estar da sociedade. Elas envolvem a alocação de recursos, a definição de regras e regulamentos, e a tomada de decisões que afetam a vida dos cidadãos.

As políticas públicas podem ser formuladas em diversos níveis de governo, desde o municipal até o federal, e abrangem uma ampla variedade de áreas.

GEPRAM

Para que servem políticas públicas?

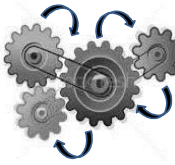


As políticas públicas têm diversos propósitos, mas seu objetivo principal é melhorar a qualidade de vida da população. Elas podem ser utilizadas para reduzir desigualdades, promover o desenvolvimento econômico, garantir direitos fundamentais, proteger o meio ambiente e muito mais.

Além disso, as políticas públicas também desempenham um papel crucial na promoção da governança pública, governo aberto e transparência, tornando a administração pública mais responsável perante os cidadãos.

GEPRAM

Como formatar políticas públicas?



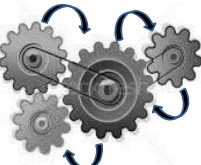
Existe um processo que alguns especialistas chamam de "Ciclos de Políticas Públicas", que é composto, basicamente, de cinco etapas:

Identificação de um problema: localizar qual a necessidade mais urgente a partir de um olhar técnico e criterioso do poder público aliado às pautas sociais.

Formação da agenda: a partir desta identificação, são levantados uma série de pontos (recursos disponíveis, avaliação de custo-benefício, mobilização social) para garantir a viabilidade da política.

GEPRAM

Como formatar políticas públicas?



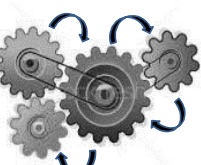
Tomada de decisão: com as todas as alternativas avaliadas, na terceira fase se define qual será o curso de ação adotado. São definidos os recursos e o prazo temporal da ação da política.

Implementação: início da parte prática propriamente dita, com a aplicação das fases anteriores e cumprimento das diretrizes traçadas (prazos, recursos financeiros e tecnológicos)

Supervisão/avaliação: verificar se a política pública está cumprindo com os objetivos ou se algumas mudanças precisam ser implementadas.

GEPRAM

Quais os tipos de políticas públicas?

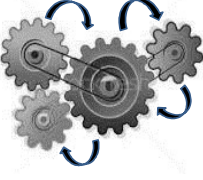


As políticas públicas podem ser classificadas em quatro categorias principais:

- **Distributivas:** visam atender a necessidades específicas de grupos sociais ou situações, como melhorias em bairros atingidos por enchentes ou cotas em instituições de ensino;
- **Redistributivas:** diferentemente das distributivas, buscam redistribuir recursos, retirando-os do orçamento geral e destinando-os a grupos específicos. Um exemplo é o financiamento estudantil, financiado por estados e municípios e redistribuído com base nas matrículas;

GEPRAM

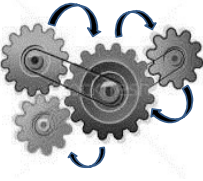
Quais os tipos de políticas públicas?



- **Regulatórias:** estabelecem as normas e requisitos para regular a formulação de políticas públicas, determinando quem, como e quando as ações em prol do interesse público podem ser implementadas; podemos citar as regulações do trânsito, como a obrigatoriedade do uso de cadeira especial para o transporte de crianças, por exemplo.
- **Constitutivas:** regulam o Estado, estabelecendo regras e organizando processos burocráticos. Essas políticas, mais amplas, afetam um grande número de pessoas e geralmente são expressas em forma de leis, como o Código de Trânsito Brasileiro, que estabelece normas de trânsito e suas penalidades.

GEPRAM

Identificação de Pontos Fracos

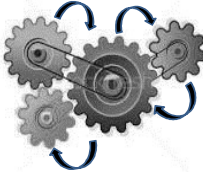


O primeiro passo para melhorar o desempenho no IEGM é identificar as áreas em que o município está abaixo do ideal.

Isso pode ser feito por meio de uma análise detalhada dos indicadores e resultados. Identificar os pontos fracos permite que os gestores públicos concentrem seus esforços onde são mais necessários.

GEPRAM

Definição de Metas Claras



Com base na identificação de pontos fracos, é essencial estabelecer metas claras de melhoria. Essas metas devem ser específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e com prazo determinado. Ter metas bem definidas ajuda a orientar as ações e a medir o progresso.

GEPRAM

Agenda 2030



Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Agenda 2030 e os ODS afirmam que para pôr o mundo em um caminho sustentável é urgentemente necessário tomar medidas ousadas e transformadoras.

Se cumprirmos suas metas, seremos a primeira geração a erradicar a pobreza extrema e iremos poupar as gerações futuras dos piores efeitos adversos da mudança do clima.

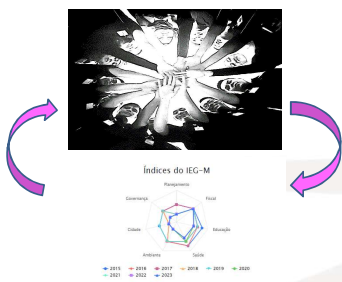
GEPRAM



1. ERADICAÇÃO DA POBREZA
2. FOME ZERO E SEGURIDADE ALIMENTAR SUSTENTÁVEL
3. SAÚDE E BEM-ESTAR
4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
5. IGUALDADE DE GÊNERO
6. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
7. ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL
8. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
10. REDUÇÃO DAS DESIGNAÇÕES
11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
12. CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
13. AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA
14. VIDA NA ÁGUA
15. VIDA TERRESTRE
16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
17. PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

GEPRAM

Como operacionalizar?



Índices do IEG-M

Diagrama de radar mostrando os índices do IEG-M (Indicadores de Governança, Econômica, Social e Ambiental) ao longo do tempo (2015 a 2020).




Plano Plurianual – P.P.A.
Estabelece programas e metas para um quadriênio;

Lei Diretrizes Orçamentárias – L.D.O.
Estabelece as diretrizes, prioridades e metas da administração, orientando a elaboração da proposta orçamentária de cada exercício financeiro;

Lei Orçamentária Anual – L.O.A.
É o instrumento de programação das ações que serão executadas e que viabilizará a concretização das situações planejadas no Plano Plurianual de modo a transformá-las em realidade, obedecida a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INDICADORES
DETALHAMENTO




Indicadores: como o próprio nome diz, tem a função de indicar; de possibilitar a apuração do resultado do programa ao qual está atrelado. Devem guardar compatibilidade com o programa.




Propriedades dos Indicadores

VÁLIDO
Deve revelar, de forma sintética, se o programa está ou não funcionando. Os resultados apresentados pelo indicador devem refletir o fenômeno que está sendo avaliado, ou seja, o indicador deve mensurar, na medida do possível, apenas os resultados associados às ações que se deseja avaliar.

SIMPLES
Deve ser de fácil compreensão e não envolver dificuldades de cálculo. A simplicidade de um indicador diz respeito à transparência da metodologia de construção do indicador.




ECONÔMICO

Deve ser passível de ser produzido a partir de bases de dados disponíveis, ou de fácil acesso, aos gerentes dos programas. O recurso a esta propriedade permite a coleta, atualização e cálculo do indicador por um custo razoável e torna a manutenção da base de dados não dispendiosa.

ESTÁVEL

Deve utilizar definições conceituais e procedimentos de cálculo que apresentem estabilidade temporal, permitindo, assim, avaliações ao longo do tempo.




ABRANGENTE

Deve ser passível de cálculo para toda a área de abrangência do programa, respeitando-se as especificidades do objeto que é alvo do processo de avaliação e ser representativo da realidade empírica em análise.

CONFIÁVEL

Deve utilizar dados de fontes confiáveis, que possibilitem a diferentes avaliadores chegarem ao mesmo resultado.




Exemplo:

Programa de Infraestrutura urbana:
Asfaltamento, indicar a quantidade de m²;
Número de equipamentos construídos.

Programa Educação:
Alunos atendidos ou % de calorias diárias disponibilizados na merenda;
Quantidade de crianças atendidas nas creches;
Progressão nas notas do IDEB.



Exemplo:

Programas de manutenção:
Quantidade de processos.

Programa de Saúde:
Mulheres gestantes atendidas;
Vacinas aplicadas;
Medicamentos distribuídos;
Consultas realizadas.



Reflexo da implementação das políticas públicas

O que é IDH?

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

O IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento.



Reflexo da implementação das políticas públicas

Melhores	País	IDH
1.º	Suíça	0,967
2.º	Noruega	0,966
3.º	Islândia	0,959
4.º	Hong Kong	0,956
5.º	Dinamarca	0,952
6.º	Suécia	0,952
7.º	Alemanha	0,950
8.º	Irlanda	0,950
9.º	Singapura	0,949
10.º	Austrália	0,946

 Reflexo da implementação das políticas públicas



No último ranking, o **Brasil** obteve IDH de **0,760**, um pouco acima da média mundial, que é de **0,739**.

Com o atual índice, o País passou a ocupar duas posições abaixo da anterior, **ficando no 89.º da lista dos melhores colocados**.

Desde 2013, o Brasil está praticamente estagnado no ranking. Por aqui, segundo a ONU, a dificuldade em manter políticas públicas é o principal obstáculo para a melhora do índice.

OBRIGADO!

 GEPAM

 @gepamconsultoria

 GEPAM – Gestão Pública

 (11) 91050-0743

 gepam@gepam.adm.br